

Os Riscos da Nova Ordem Mundial

Evaristo Giovannetti Netto¹

Se chegamos a pensar, por um momento sequer, que a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética e do Leste Europeu poderiam afastar em definitivo do horizonte da História, o risco da guerra e conflitos de grande porte, os fatos que agora tomam a forma de preocupantes manchetes, nos jornais do mundo inteiro, vêm desmentir aquela vã esperança. Uma Pax Americana foi o que de fato se impôs ao mundo e um revival do totalitarismo parece tomar forma cada vez mais clara e assustadora: um totalitarismo travestido de globalismo, apoiado num pensamento que se quer único e que submete os direitos sociais à razão competitiva e aos ditames do mercado, esse novo deus a que se presta agora incondicional reverência e tributo.

“O fim da Guerra Fria, – observa Pablo Casanova – não acabou com o perigo mundial. Desde 1990, com a desintegração da URSS e a proliferação das autoridades militares em suas antigas repúblicas, aumentou o perigo de difusão de tecnologias nucleares, o que já se havia constatado em países como Israel, África do Sul, Iraque ou Coréia do Norte, entre outros.” (1)

Não foram poucos aqueles que, por oportunismo alguns, por insensatez, outros, apressaram-se em renegar todo um passado de lutas, derogar insígnias, atestando o óbito do socialismo e proclamando a vitória final do capitalismo. Não faltou sequer quem decretasse o fim da História ou quem desqualificasse qualquer crítica ao processo que então se desencadeou de forma agressiva.

Foi preciso menos de um quarto de século para dissipar aquelas expectativas de paz e hoje, em meio à exclusão, à regiões inteiras do globo que sobrevivem na mais profunda miséria, o espectro da guerra se insinua no cenário internacional de forma ameaçadora e o grande capital e uma rede insidiosa de interesses lançam seus poderosos tentáculos um pouco por toda parte. A transnacionalização joga uma pá de cal sobre a rede de proteção social que se forjara no bojo de intensas lutas sociais – desde o século XIX e ao longo do século XX – e não foram poucos os que sucumbiram à miragem do Estado minimal.

Toynbee, com seu otimismo cético e desesperançado, ao analisar nos quadros da Guerra Fria, a possibilidade de uma guerra terminal, varrendo os sinais de vida da Mãe-Terra e a degradação progressiva do meio ambiente, que já se lhe configurava um verdadeiro ecocídio, afirmava que o homem cometeria ainda muitos erros e o poder que rege o planeta e se assenhora da História continuaria envolvendo milhões de pessoas em guerras fratricidas, pondo em risco a própria sobrevivência da Humanidade. Deixava aberto, entretanto, um portal de esperança, julgando que no final, o instinto de

¹ Doutor e mestre em História Social. Professor do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Vol. 3 – nº2, 2003

sobrevivência falaria mais alto e teriam os homens que por termo a essa escalada de terror que a guerra engendra e começar a contabilizar as perdas – algumas muito difíceis, outras até impossíveis de recuperar – e reconstruir um mundo, fazê-lo renascer das cinzas.

As vozes saudavelmente discrepantes que se fizeram ouvir no Fórum Social realizado em Porto Alegre, onde ao longo de uma semana, mais de 20 mil delegados se reuniram, representando mais de 700 organizações e 156 países, vem romper – movidas pelas mesmas preocupações – com um discurso homologatório e servil que procurava fazer tábula rasa do passado e sucumbia ao encanto do neoliberalismo. E vozes bastante persuasivas como a de István Mészáros, não recearam recolocar o socialismo – que se imaginara morto – como opção para a barbárie que hoje ameaça o mundo sob as mais variadas formas e, dada a ubiquidade da crise que se abate sobre nós, não poupando sequer a vida cotidiana, roubando-nos o trabalho ou aviltando-o de modo tal que se torna insuportável, privando do pão de cada dia, um grande número de mesas e bocas famintas e povoando de sombras nosso amanhã.

O velho socialismo, denominado real, burocratizado e diverso em tudo da esperança que suscitara um dia, num já remoto outubro, teve de morrer, depois de lenta agonia e sinais de degeneração de que teriam sido expressão a Revolta da Hungria (1956) e a Primavera de Praga (1968), para que um novo socialismo pudesse renascer penosamente e encontrar abrigo em mentes e corações.

É possível perceber nos ecos de Porto Alegre, que se reproduzem um pouco por toda parte, que aumenta em intensidade e vigor o clamor contra o mundo intolerável, ameaçado por suas desigualdades e desperdícios e por um individualismo destruidor, que colocam em questão as próprias premissas do liberalismo, como tão bem acentuou René Dumont, no diagnóstico a que deu forma e conteúdo na obra “Um Mundo Intolerável”.(2)

Foi possível, outrossim, perceber o quanto são poderosas as vozes que se reúnem e que mais poderosas ainda serão na medida em que se multiplicarem, fortalecendo a luta por uma democracia de participação ampliada, criando novas formas de intervenção política e sem omitir sequer a revolução como possibilidade histórica e a resistência, a insurgência pacífica capaz de anelar muitas vontades dispersas nas lutas de cada dia, mas sobretudo sensibilizando as consciências e atuando positivamente em diferentes níveis. É possível assim começar a reverter as tendências suicidas para o belicismo e a auto-destruição, assim como o quadro de miséria e exclusão social que o sistema econômico vigente configurou.

E sequer Davos, onde se reuniu o Fórum Econômico Mundial, terá ficado imune por inteiro ao vigor dessas vozes e teve de se render às evidências de que um outro mundo é possível; um outro tipo de relação entre os povos é desejável e necessário; que a sociedade não pode resultar apenas de uma equação econômica, que o abandono dos objetivos sociais não pode ser o preço que se paga pelo crescimento econômico, que a luta por uma sociedade mais justa deve considerar o valor da natureza, do povo e da cultura e que a liberdade não pode ser sacrificada no altar da tecnologia ou do poder econômico ou ainda sujeitar-se aos ditames do mercado.

Não podemos ter certeza de que essas vozes – entre elas a do presidente brasileiro, que se fez presente nos dois eventos – tenham logrado se internalizar nos participantes

Vol. 3 – nº2, 2003

de Davos ou se resultarão numa efetiva mudança no modo de ser, pensar e agir, capaz de repercutir nas relações entre classes, entre as regiões de um mesmo país, entre os povos e nações de todos os continentes. Resta esperar por atos concretos que sinalizem essas mudanças e tomadas de consciência, explicitando-as por inteiro.

De outra parte, resta saber como e até quando o novo governo brasileiro poderá conciliar a correção de rumos para a qual acenou, ainda que cercado de cuidados, pisando entre ovos e cristais, ao longo da campanha eleitoral, com as recomendações do Fundo Monetário Internacional e dos interesses representados em Davos. Logrará o novo governo, que assumiu cercado de esperanças, manter as premissas de uma política econômica clássica e atender às demandas sociais? Poderá o novo governo evitar rupturas sem arcar com os desapontamentos, alguns dos quais já se manifestam em sua própria seara? Ou conseguirá romper com o modelo econômico que permanece intocado, sem suscetibilizar o mercado e elevar o risco Brasil? Poderá uma voz ativa no procênio internacional casar-se com uma atitude tímida e subalterna no plano interno? Logrará ainda amortecer os descontentamentos com a execução de projetos sociais cuja eficácia deve ser demonstrada e cuja mística não é perene?

As forças e as vontades mobilizadoras comprometidas com um novo projeto não podem entretanto confinar suas lutas no plano nacional, devem sobretudo, repor a luta no plano em que ela realmente se trava, quer dizer, na arena internacional, articulando-a com as lutas locais e sem olvidar as especificidades de cada sociedade e a imensa dívida social que temos para com aqueles que perderam o barco da grande sociedade. Significa, sobretudo, rever os princípios que regem as relações internacionais e os pressupostos nos quais se escoram os Estados e seus agentes, para garantir suas vantagens. E mais, significa não esmorecer na vigília, no acompanhamento crítico das propostas de reforma ainda bastante desarticuladas, afinal a luta por uma sociedade de novo tipo e por um novo modelo econômico não começa em Davos e muito menos deve terminar em Porto Alegre.

Fica a impressão de que uma guinada em outras direções, e a necessidade de uma vigorosa correção de rumos encontra guarida nas consciências, afinal não se tem notícia de uma sociedade justa que tenha tido por fundamento o mercado e o individualismo exacerbado. Um novo ordenamento político deve estancar a sangria a que são submetidos os países mais pobres e por fim a um processo que resultou numa forma de domínio imperial sobre todos os continentes, capitaneado por empresas monopolistas multinacionais e transnacionais, que agem sob a sombra e cumplicidade de múltiplas bandeiras. Enfim, algo muito diferente daquele governo mundial que o espírito nobre e generoso de Arnold Toynbee um dia sonhou e que deveria promover a paz, eliminar a guerra dos horizontes da História, planejar a produção e distribuição de alimentos, colocar as conquistas da ciência – e não apenas os riscos – ao alcance de todos, reduzir as discrepâncias sociais e por termo a todas as formas de autoritarismo. (3)

Notas

1. CASANOVA, Pablo Gonzales – [1995] – O COLONIALISMO GLOBAL E A DEMOCRACIA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
2. DUMONT, René – [1989] – UM MUNDO INTOLERÁVEL. O LIBERALISMO EM QUESTÃO. Rio de Janeiro: Revan.
3. TOYNBEE, Arnold – [1970] – EXPERIÊNCIAS. Petrópolis (RJ): Vozes.